



Contradições de classe nos Andes boliviano: tensões entre camponeses e indígenas

Yan Caramel Zehuri¹

Resumo

Este artigo se propõe a analisar os movimentos CSUTCB (*Central Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*) e CONAMAQ (*Consejo de Ayllus y Markas del Qollasuyo*) durante os governos de Evo Morales. Faremos uma breve reconstituição histórica da formação do campesinato e a sobreposição da comunidade indígena, para demonstrar que este processo fundou uma contradição no campo boliviano. Tanto CSUTCB quanto CONAMAQ compuseram uma frente única (*Pacto de Unidad*) de apoio ao governo Morales, apesar de suas diferentes concepções políticas quanto ao conceito de camponês e indígena. Em 2011, tal aliança se rompe e o CONAMAQ passa a se opor ao governo ao lado de outro movimento da região amazônica, enquanto a CSUTCB se mantém ao lado de Morales. Por fim, levantamos alguns elementos que podem ajudar a explicar tal oposição ao governo, bem como explorar as contradições no interior do que se chama genericamente campesinato-indígena.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Campesinato. Indígenas. Classes sociais.

Contradicciones de clase en los Andes boliviano: ¿tensiones entre campesinos e indígenas?

Resumen

Este artículo se propone analizar los movimientos CSUTCB (*Central Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*) y CONAMAQ (*Consejo de Ayllus y Markas del Qollasuyo*) durante los gobiernos de Evo Morales. Haremos una breve reconstitución histórica de la formación del campesinado y sobre la posición de la comunidad indígena, para demostrar que ese proceso ha fundado una contradicción en el campo boliviano. Tanto la CSUTCB cuanto la CONAMAQ compusieron una frente única (*Pacto de Unidad*) de apoyo al gobierno de Morales, a pesar de sus diferentes concepciones políticas cuanto al concepto de campesino e indígena. En 2011, tal alianza se rompe y el CONAMAQ pasa a la oposición del gobierno al lado de otro movimiento de la región amazónica, en cuanto la CSUTCB se mantiene al lado de Morales. La formación de un campesinado boliviano en los Andes establece las condiciones para una división de intereses entre los que ahora hacen críticas a Morales y aquellos que lo apoyan.

Palabras-clave: movimientos sociales. Campesinado. Indígenas. Clases sociales.

Class contradictions in the Bolivian Andes: tensions between peasants and indigenous

Summary

This article aim is to analyze the movements organized by CSUTCB (*Central Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*) e CONAMAQ (*Consejo de Ayllus y Markas del Qollasuyo*) during the government of Evo Morales. To start with, we will provide a brief

¹ Mestrando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Correio eletrônico: yancaramel@yahoo.com.br.

historical review of the peasant's constitution and the overlap with indigenous communities, in order to demonstrate that this process created a contradiction in the rural space. Both organizations we allied in a united front (*Pacto de Unidad*) to support Morales' government despite the differences between their political perspectives regarding the concepts of peasant and indigenous. In 2011, such alliance was broken and CONAMAQ started to oppose the government side by side with other movement from the Amazonia Region, while CSUTCB continued to support Morales. To finish with, we present some elements that can help to explain such opposition to the government, as well as to explore the contradictions within what is generally named as peasant-indigenous.

Keywords: Social Movements. Peasants. Indigenous. Social Classes.

Introdução

Muita coisa já foi escrita sobre o ressurgimento das identidades indígenas na Bolívia. Principalmente após a eleição de Evo Morales esse fenômeno contemporâneo ganha repercussão internacional pois, pela primeira vez, o país tem um presidente indígena. A posse de Morales simbolizou uma conquista dos movimentos sociais. A vitória eleitoral do MAS – IPSP (Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos), em 2005, é resultado das lutas que ocorreram desde 2000 e que tiveram seu ápice na renúncia e fuga do ex-presidente Gonzalo Sanchez de Lozada, em outubro de 2003. Essa mudança é conhecida também como o fim da democracia pactuada e o início de uma revolução democrática.

Estamos no 9º ano de governo Morales, de lá para cá assistimos acontecimentos que nos ajudam a entender a atual conjuntura do país, entre eles, a crise política (2007) que ameaçou culminar na divisão do país entre a *Media Luna* - região economicamente importante que concentra a maior parte da produção energética e industrial² – e o ocidente boliviano ou a região dos Andes. O conteúdo racista e conservador do movimento cívico de Santa Cruz de la Sierra – um dos principais protagonistas da reação ao governo Morales - contribuiu para manter a unidade de setores diferenciados do campesinato e do movimento indígena, então aliados do governo, que viriam a distanciar-se nos anos seguintes. Pode-se entender que o Governo venceu politicamente esta disputa, mantendo a unidade do país, aprovando a nova constituição e reelegendo-se em 2009. A direita conservadora perdeu a credibilidade frente às políticas sociais e à popularidade do governo Morales. Contudo, apesar da hegemonia política gozada pelo MAS, o Governo passou por uma cisão de sua base aliada quando movimentos como CIDOB (Central indígena do Oriente Boliviano) e CONAMAQ (Conselho de Ayllus e

² Segundo INE (Instituto Nacional de Estatística da Bolívia). Santa Cruz, Tarija e Pando estão entre os quatro departamentos com maior PIB per capita do país nas últimas décadas. O único departamento entre os mais ricos (desde 1998) que não faz parte da *Media Luna* é Oruro.

Markas do Qullasuyo³) implodiram o *Pacto de Unidad*⁴, em finais de 2011.

Este pacto havia formalizado uma aliança de movimentos sociais e organizações sindicais, constituindo uma frente única de apoio ao MAS nas eleições de 2005. Também faziam parte desta aliança a CSUTCB (Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia), principal base do Governo e berço do MAS. Na sequência serão exploradas as questões que levaram ao fim do *Pacto de Unidad* com o objetivo de compreender as diferenças determinantes entre os movimentos de base camponesa-indígena. Esta cisão entre movimentos de base supostamente semelhante produz posicionamentos contraditórios com relação ao atual governo. Primeiramente, os sujeitos - camponeses e indígenas ou camponês-indígena - serão situados historicamente a partir da reforma agrária e do processo de formação do campesinato na Bolívia. Logo após, os movimentos CSUTCB e CONAMAQ, ambos predominantemente andinos, receberão atenção especial. Na próxima parte serão realizadas análises de conjuntura que interpretam o governo Morales à luz das mudanças políticas, especialmente dos conflitos que remetem às contradições de classe e aos movimentos sociais em questão. O posicionamento dos movimentos sociais CSUTCB e CONAMAQ no segundo mandato do governo do MAS é o ponto de partida para entender o fim do *Pacto de Unidad*. Estes movimentos possuem diferentes visões políticas, expressas nos conceitos que manejam seus dirigentes e na sua história. Além desses, se investiga a existência de outros elementos de distinção.

Da comunidade à pequena propriedade ou à formação do capitalismo na Bolívia

Dois episódios históricos são decisivos para entender a emergência de um campesinato de importância inquestionável no atual processo político dirigido pelo MAS⁵. As condições que permitiram o surgimento de uma liderança camponesa e a hegemonia de seu partido obriga a reconstituir a formação histórica do campesinato e sua relação com outras classes. Isto implica uma análise sobre a transição de uma formação social pré-capitalista para outra onde predominam a propriedade privada e o trabalho assalariado. Na primeira, a extração do trabalho excedente combina a propriedade privada em ascensão com um tipo predominante de propriedade comunal indígena herdado das sociedades pré-colombianas, como demonstra

³ Ayllus são comunidades indígenas do altiplano boliviano e Marka é uma região que representa um conjunto de ayllus. Qullasuyo é o nome do antigo território que abrangia diversas etnias indígenas, hoje correspondente ao território andino que abrange Bolívia, sul do Peru, Norte do Chile e norte da Argentina. Estas são categorias que definem as dimensões da política tradicional que este movimento reivindica.

⁴ Formalmente o Pacto de Unidad ainda existe. Contudo, implosão é uma palavra adequada quando se considera que a maior parte dos movimentos abandonou este organismo quando o governo entra em choque com indígenas da região oriental do país. Ver Weber (2012).

⁵ Segundo Do Alto (2011), o próprio MAS seria um partido camponês. Este autor trabalha as contradições que tal partido possui apesar de conquistar o governo em um país onde a maior parte da população está nas cidades.

Platt (1982). Nesta sociedade o trabalho assumiu uma forma dependente comparável àquela do feudalismo europeu, conhecido como *ponguaeje* (ALBÓ, 2009).

A substituição da forma de organização social, propriedade da terra e divisão do trabalho foi, desde o final do século XIX, pensada segundo uma concepção de desenvolvimento econômico e social que via a necessidade de exterminar a “selvageria” indígena como condição para o desenvolvimento capitalista no país. Segundo os liberais deste período, para desenvolver a economia era preciso expropriar as comunidades e construir um “capitalismo agrário”, tirando ao mesmo tempo os indígenas da situação de ignorância em que estavam. Esta visão combinava o pensamento racial evolucionista com a necessidade econômica das oligarquias de realizar uma acumulação primitiva e promover o desenvolvimento capitalista no país (PLATT, 1982).

O primeiro episódio decisivo neste sentido foi a realização daquilo que Platt (1982) chamou de a “primeira reforma agrária”, ou a tentativa de expropriar as terras indígenas no governo do general Margarejo (1864-1871) e nos governos posteriores, com a *Ley de Exvinculación*, em 1874. Estas medidas levaram a revoltas indígenas que impediram a realização plena de suas intenções. Segundo Platt (1982), a propriedade comunal ainda pode ser encontrada em uma forma híbrida nos Andes bolivianos, o que indicaria a não necessidade de extinção das mesmas como condição para o desenvolvimento capitalista. O que existe é a necessidade de predominância da propriedade privada, não sua exclusividade.

A destruição da propriedade comunal pelo processo de expansão e desenvolvimento capitalista foi explicada por Marx em *O Capital* como um processo generalizado, uma vez que o capital se internacionaliza e torna-se mundialmente dominante. Contudo, Marx esclarece que não defende uma linearidade histórica em tal processo. Em sua correspondência com Vera Zasulich, na qual debateu o destino da comuna rural russa, ele afirma que existe uma condição fundamental para a não extinção das comunas rurais: a sua articulação com um processo revolucionário internacional. Através desta articulação as comunas rurais daquele país poderiam apoiar-se no desenvolvimento tecnológico do ocidente sem destruir suas tradições coletivistas. Este raciocínio abre a possibilidade para formas de transição ao socialismo que prescindam de etapas tidas como necessárias pelos marxistas russos naquele período⁶.

A história boliviana mostra uma proximidade clara com este debate, uma vez que as comunidades indígenas se mostram um obstáculo para o desenvolvimento capitalista desde o final do século XIX, aproximadamente no mesmo período em que Marx escreveu sobre o caso

⁶ O argumento de que o desenvolvimento capitalista deve ser completado para possibilitar uma revolução socialista apareceu em outros momentos da história da esquerda, como na concepção do Programa Nacional-Democrático dos partidos comunistas, influenciados pelo stalinismo. O programa nacionalista-revolucionário do MNR, em 1952, na Bolívia, é um exemplo deste etapismo. Atualmente, os governos progressistas da América Latina utilizam de um argumento semelhante para justificar a aliança de classes. Ver Iasi (2013).

russo. Os liberais entendiam que o Estado boliviano deveria acabar com a propriedade comunal para desenvolver a economia. Os liberais encaravam (com razão) a propriedade indígena como um obstáculo ao desenvolvimento capitalista naquele país⁷. Como Marx (1985) observa no texto “Formações econômicas pré-capitalistas”, a propriedade privada e o modo de produção capitalista exige a separação dos produtores de seus meios de produção, no caso dos indígenas, principalmente da terra. Esta etapa necessária defendida no final do século XIX retorna ainda outras vezes na história boliviana, porém com novas facetas, como durante a Revolução de 1952 com o projeto nacionalista-revolucionário.

Eis o segundo momento que nos interessa. São as transformações decorrentes da Revolução de 1952, dirigida pelo MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) de Paz Estenssoro. Entre as mudanças estão a instituição do sufrágio universal, abolição da *rosca*⁸ e nacionalização das minas. Contudo, o interesse aqui é a reforma agrária de 1953, que determinou diretamente os conflitos agrários contemporâneos. Esta reforma, por sua vez, foi determinada pela crescente parcela de *mestizos*⁹, pequenos proprietários que haviam sido prejudicados pelas medidas contra as comunidades no final do século XIX. Entretanto, durante a Revolução de 1952, índios e *mestizos* se aliaram, ao lado dos mineiros e do MNR (PERICÁS, 1997).

Esta revolução, que pode ser entendida como de tipo democrático-burguesa ou democrático-nacional (PERICÁS, 1997), foi responsável pela ampliação da propriedade privada e parcelamento ainda maior das propriedades comunais. As comunidades indígenas eram concebidas pelo MNR como símbolo do atraso, o que é uma continuidade das visões liberais do final do século XIX que associavam a propriedade comunal ao feudalismo. O projeto nacionalista-revolucionário foi responsável pela substituição do conceito de indígena pelo de camponês. Os próprios indígenas e suas lideranças adotaram tal denominação, como se expressa no nome da organização CNTCB. O projeto político do MNR procurava formar uma nacionalidade baseada na identidade mestiça, incorporava o indígena negando sua identidade e seu modo de vida.

Enquanto a primeira reforma agrária (1864-1874) atingiu tanto *metizos* quanto índios, facilitando uma aliança entre estes grupos contra as oligarquias, a segunda (1953) beneficiou

⁷ Segundo Platt (1982), a transição de uma forma de propriedade à outra nunca se completou na Bolívia. Entretanto, a predominância da propriedade privada é condição necessária para desenvolvimento do modo de produção capitalista pois este depende da existência de uma massa de trabalhadores despossuídos dos meios necessários para sua reprodução (terras, ferramentas de trabalho, maquinário, etc.), o que os obriga a trocar sua força de trabalho por um salário. Portanto, não haveria a importante produção mineira sem a pilhagem das terras indígenas. Do mesmo modo que não se pode desenvolver um forte mercado interno se a maior parte da população mantém fortes laços com uma economia de subsistência.

⁸ Nome dado ao sistema de produção mineira concentrado sob propriedade de poucas famílias e principal atividade econômica desde o período colonial (PERICÁS, 1997).

⁹ Esta categoria não é referente à distinção biológica, mas as distinções sócio-culturais. Os *mestizos* são indivíduos que se distinguem no interior da comunidade pelos hábitos e relação com a terra (PLATT, 1982).

pequenos proprietários e indígenas sem-terra, que trabalhavam nas *haciendas* desapropriadas pela reforma agrária. Ao mesmo tempo, parcelou algumas terras comunais e concedeu alguns títulos de propriedade coletiva. O determinante aqui é que a Revolução de 1952 teve como principal protagonista o operariado mineiro e o campesinato que estava submetido aos barões do estanho e aos latifundiários, diferentemente da primeira reforma agrária que foi executada pelas classes dominantes, sem maiores transformações e beneficiários.

Em 1964, a CNTCB fundou o *Pacto Militar-Campesino* (PMC) - uma aliança com a ditadura do general René Barrientos em troca de favorecimentos pessoais e manutenção das conquistas da reforma agrária de 1953. O novo governo se apoiou nos camponeses e indígenas para conter o movimento operário graças à identidade entre Barrientos e as massas camponesas/indígenas (PERICÁS, 1997).

A morte de Barrientos (1969) abalou o PMC, abrindo caminho para o katarismo que vinha disputando a direção da CNTCB em oposição aos dirigentes “oficialistas”. Entre 1969 e 1971, o país viveu um breve período democrático e de agitação social que logo foi esmagada por um golpe, dando sobrevida ao PMC e impedindo a ampliação da contestação katarista. Apenas em 1979 esta corrente logrou fundar uma nova organização apesar do *oficialismo*, criando a CSUTCB como um braço camponês da COB (Central Obrera Boliviana). Pela primeira vez operários e camponeses eram representados pela mesma organização, quebrando o longo período de distanciamento e desconfiança entre estes setores. Em 1981, Genaro Flores, então dirigente da CSUTCB, foi eleito presidente da COB, consolidando a aliança. Pela primeira e única vez um dirigente camponês estava à frente da Central¹⁰.

Ofensiva do liberalismo e mudanças no eixo político

Ainda que as massas indígenas e pequenos proprietários *mestizos* tenham tido um papel de grande importância na Revolução de 52, o movimento operário associado ao sindicalismo mineiro foi a vanguarda de praticamente todas as lutas do século XX. Esta situação mudou a partir de 1985, com o Decreto Supremo 25060 que marcou o início das políticas liberais. A privatização das minas e demissão de milhares de mineiros teve como objetivo eliminar o setor mais combativo que era o sindicalismo mineiro, ao passo que diminuía a participação estatal na economia (IAMAMOTO, 2010).

O movimento operário resistiu ao ataque com a “Marcha Pela Vida” (1986), mas não

¹⁰ Desde o golpe militar de Barrientos (1964) e o papel que a CNTCB cumpriu nas ditaduras, os operários passaram a desconfiar do posicionamento dos camponeses, “desprovidos de qualquer consciência revolucionária”. A criação da CSUTCB representa a aproximação destes setores por muito tempo divididos politicamente (DO ALTO, 2007).

teve sucesso¹¹ e os centros mineiros foram desmantelados, gerando uma forte migração destes trabalhadores para as cidades, principalmente em El Alto (município vizinho a La Paz), e para regiões *cocaleras*, onde a atividade produtiva estava em franco crescimento. A presença dos trabalhadores mineiros com sua tradição de luta pode ter influenciado os movimentos que emergiram anos mais tarde, como os sindicatos cocaleiros e a Federação de Vizinhos (FEJUVE) de El Alto.

A formação do novo sindicalismo camponês da CSUTCB, em 1979, representou a vitória do katarismo sobre o “oficialismo” e sobre o PMC, bem como uma união entre camponeses e operários inédita desde 1952. A nova organização sindical se diferenciava da antiga CNTCB na combatividade e orientação política, associando classe social e etnia, valorizando o discurso indígena e aliando-se à COB. O declínio da importância da COB, decorrente do desmantelamento do sindicalismo mineiro, coincidiu com o fortalecimento e crescente visibilidade política que a CSUTCB assumiu a partir dos anos 90. Este processo de declínio do sindicalismo mineiro, associado à repressão dos produtores de coca e ao empobrecimento de setores camponeses, criou as condições para o fortalecimento de movimentos sociais rurais, favorecendo a “ruralização da política”¹².

Além dos cocaleiros, que já resistiam à política de erradicação da folha de coca (os planos de combate ao narcotráfico ditado desde os EUA) desde o governo de Paz Estenssoro (1985), os indígenas do oriente iniciaram a Marcha pelo Território e Dignidade, em 1990. Em 1992, a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB) e CSUTCB convocaram manifestações para protestar contra as comemorações dos 500 anos de descoberta da América. Estas datas marcaram o ressurgimento das lutas indígenas e consolidaram a mudança do eixo político, tradicionalmente centrado nas lutas operárias, para as lutas camponesas e indígenas.

A aprovação de legislação que reconhecia as comunidades, sob a denominação de Territórios Comunitários de Origem (TCO's), e a Lei de Participação Popular ampliaram a estrutura de oportunidades políticas (TARROW, 1994) para que algumas comunidades indígenas, tanto do oriente como do ocidente boliviano, lutassem pelo reconhecimento de seus

¹¹ Inicialmente os mineiros realizaram uma dura resistência, contudo, mas a euforia da abertura democrática e o consenso em torno da necessidade de fazer reformas neste contexto favoreceram a política neoliberal que buscou acabar com a participação do Estado na indústria mineira. Paradoxalmente, as reformas que acabaram com o “Estado de 52” foram implementadas pelo mesmo partido e mesmo presidente, inclusive, que construiu este mesmo Estado em 1952 - o MNR de Victor Paz Estenssoro. A crise econômica e alta dos preços, juntamente com a grande aceitação e respeito de Paz Estenssoro por seu importante papel na Revolução de 52 favoreceram também a realização de sua política. A queda do muro de Berlim alguns anos mais tarde viria consolidar a ideologia neoliberal e afirmar as escolhas feitas pelos governos liberais em toda a América Latina (ALBÓ, 2009).

¹² Outro fator que ajuda a entender este contexto de mudança política e fortalecimento dos movimentos rurais é a aprovação da Lei de Participação Popular, em 1994, que reconhece as Organizações Territoriais de Base (OTB's). Dela se beneficiaram principalmente os sindicatos rurais ligados à CSUTCB que passaram a ser reconhecidos como atores importantes nas decisões do Estado. Ao mesmo tempo que se reconheciam os movimentos sociais a partir de seus territórios, estes podiam ser incorporados e pacificados no interior da organização estatal. Sobre este contexto ver Zuazo (2010) e Albó (2009).

territórios tradicionais, bem como ampliassem a participação das bases no interior dos movimentos ou no âmbito dos municípios. O reconhecimento, em 1994, do Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS) foi resultado da marcha indígena de 1990 e foi um sinal positivo para a ampliação das lutas e fortalecimento da identidade indígena.

Em 1997, foi criado o CONAMAQ a partir de um grupo de estudantes universitários aymaras apoiados pela intelectual Silvia Rivera Cusicanqui e por organismos de ajuda internacionais que organizaram o Taller de Historia Oral Andina (THOA), com o objetivo de valorizar a organização tradicional indígena. O movimento entendia a tradição indígena como forma política incompatível com a estrutura e funcionamento do sindicalismo camponês, herdados da antiga CNTCB. Ou seja, este movimento procurou se constituir como uma alternativa organizada nacionalmente e ameaçando a hegemonia da CSUTCB na região andina.

Segundo o CONAMAQ, o sindicalismo camponês da CSUTCB privilegiava em demasiado a condição de classe em detrimento da identidade étnica, o que afastou os dois movimentos no final dos anos 90. Seus objetivos eram a reconstrução da estrutura de governo indígena, tal como indica o nome do movimento, e o reconhecimento de suas tradições dentro de um Estado plurinacional moderno. O CONAMAQ foi, desde sua criação, muito influenciado por experiências do movimento indígena no Equador e esteve muito próximo da CIDOB quanto à suas posições políticas e métodos de luta (ALBÓ, 1993)¹³.

A CSUTCB também é influenciada pela força das lutas indígenas e novo contexto internacional que enfraquecia a ideia de uma luta entre classes exploradas e exploradoras. Em 1994 o movimento convocou a Assembleia de Nacionalidades como tentativa de aglutinar os setores indígenas em luta e resultando na iniciativa de criar um instrumento político: partido que viria a ser o MAS anos mais tarde. A aposta estratégica do movimento estava voltada cada vez mais para a dimensão étnica, ainda que a dimensão de classe continuasse recorrente.

Em 2000, com a explosão dos conflitos conhecidos como Guerra da Água¹⁴, o sindicato camponês teve uma participação importante com a presença dos cocaleiros, aliados a setores urbanos para impedir a privatização do abastecimento de água na cidade de Cochabamba. A vitória dos movimentos neste episódio foi o ponto de inflexão da correlação de forças que levaria Morales ao poder em 2006. Os conflitos entre os cocaleiros e o Estado nos vales cochabambinos contaram com a solidariedade de indígenas em outras regiões e tornaram uma

¹³ Segundo Albó (2009), a CIDOB e o CONAMAQ tinham uma relação pacífica com os governos liberais, prezavam mais pelo diálogo e chegaram a criticar a CSUTCB pelo método de bloqueio de estradas para obter vitórias e impôr acordos, o que faz com que este autor os denomine “índios permitidos”. A CSUTCB é denominada “índios alzados”, em contraposição aos primeiros.

¹⁴ Sobre a Guerra da Água, ver documentário homônimo do cineasta argentino Carlos Pronzato. Ver também a Guerra do Gás do mesmo realizador.

luta corporativa o eixo da política nacional¹⁵. A presença da CSUTCB nestes conflitos e a mudança na conjuntura destaca a liderança de Evo Morales, que seria candidato à presidência em 2002¹⁶, chegando ao segundo lugar na disputa. Na sequência dos acontecimentos, em 2003, ocorreria a Guerra do Gás em La Paz e El Alto, levando à derrubada e fuga do presidente Gonzalo Sanchez de Lozada (Goni) para os EUA.

Apesar das divergências políticas entre CSUTCB e CONAMAQ, foi estabelecida uma aliança, em 2004, com a criação do *Pacto de Unidad* em torno do apoio político à eleição de Evo Morales no ano seguinte. O programa do MAS aglutinou o movimento camponês-indígena e o movimento indígena de ayllus contra os governos neoliberais de Sanchez de Lozada e Carlos Mesa (2003-2005), conseguindo eleger o candidato do MAS que assumiu em 2006, em meio a uma euforia geral entre os movimentos que o apoiaram. Paradoxalmente, afirma Do Alto (2011), um partido camponês hegemonizou a política num país de maioria urbana, como é o caso da Bolívia contemporânea. Não por acaso.

O partido camponês no poder e o resultado da política nacionalista indigenista

O uso político que a CSUTCB e Evo Morales fizeram da folha de coca teve como apelo ideológico a soberania nacional – contraposta ao intervencionismo norte-americano – e o ascendente orgulho indígena – uma vez que a folha de coca foi habilidosamente transformada num símbolo indígena contraposto ao imperialismo (DO ALTO, 2011). Este nacionalismo indígena do MAS, ao contrário do discurso indianista radical de Felipe Quispe (MIP - Movimento Indígena Pachakuti)¹⁷, foi se tornando cada vez mais amplo. Do Alto e Stefanoni (2010) explicam a ampliação da representatividade pela mudança da estratégia eleitoral do partido de Evo Morales em 2002, após se deparar com a possibilidade concreta de vitória. Nos anos seguintes o partido se aproximaria de setores urbanos, especialmente de uma parte progressista da classe média e intelectuais. As razões para tal aproximação foram duas, segundo os autores: primeiro, porque a eleição de parlamentares em 2002 permitiu que fossem nomeados diversos técnicos para ocupar cargos no Estado; segundo, porque uma vez

¹⁵ Em 2002, sob a dura política “coca cero” do presidente Banzer sobre os cocaleiros, sucederam conflitos que incluíram mortes de policiais e manifestantes, culminando na expulsão de Morales (então deputado) do parlamento. As comunidades da região de Umasuyos, interior de La Paz, organizaram sob a direção de Felipe Quispe (importante dirigente, ex-guerrilheiro, concorrente de Morales nas eleições presidenciais) um bloqueio de estradas e enfrentamentos com o exército em solidariedade aos cocaleiros, agregando demandas particulares, como a reforma da lei de terras. Além de Felipe Quispe, Evo Morales e os sindicatos cocaleiros tiveram o apoio concreto CONAMAQ nas mobilizações. Ver Aguilar (2010) e Albó (2009).

¹⁶ Para mais informações sobre o MAS e as mudanças no partido, ver Do Alto e Stefanoni (2010).

¹⁷ Ele foi membro do Exército Guerrilheiro Tupak Katari e preso. Foi solto nos anos 90; dirigiu a CSUTCB por 2 anos, cumprindo papel importante no início dos anos 2000. Fundou o MIP, em 2001, e candidatou-se a presidência, em 2002, mas não teve a mesma expressão que o candidato do MAS.

que a maioria da população está nas cidades, era preciso ter uma base eleitoral cidadina¹⁸.

A hegemonia do MAS não era clara até as eleições de 2002, uma vez que o segundo lugar de Evo Morales na disputa eleitoral impressionou o próprio partido, que não estava preparado para preencher os cargos técnicos referentes aos parlamentares eleitos. O MAS era, naqueles anos, um setor moderado entre os movimentos sociais mobilizados (DO ALTO, 2011). Apesar disso, o conjunto de movimentos apoiou a candidatura de Evo Morales, em 2005, com a esperança de que se realizariam as demandas da chamada Agenda de Outubro¹⁹: nacionalização e processamento em território nacional dos recursos naturais (principalmente hidrocarboníferos); punição dos “crimes de outubro”; e realização de uma Assembleia Constituinte.

Com exceção da Constituinte, estas demandas não foram realizadas pelo governo de Evo Morales durante os seus sete anos de governo. A nacionalização que o governo afirma ter feito foi, na verdade, uma renegociação dos contratos de exploração do petróleo com empresas transnacionais. Apesar destas empresas transnacionais do petróleo terem mantido seus interesses no país, os recursos provenientes da “nacionalização branca” (GIL, 2009) financiam os programas sociais implementados pelo governo. A propriedade privada foi respeitada e os interesses do agronegócio sediados no Brasil estão se expandindo no oriente do país, uma vez que os latifúndios nesta não sofreram alterações profundas. O governo Morales está, ainda, favorecendo uma diferenciação do campesinato através do enriquecimento de uma camada em detrimento da maioria dos camponeses. Essas são as razões que levam Weber (2012) a defender a tese de que o governo representa um “neoliberalismo reconstituído”²⁰.

É certo que o MAS teve apoio das principais organizações e movimentos sociais durante o primeiro mandato de Evo Morales. Uma explicação provisória pode ser que, entre 2006 e 2009, o principal desafio do Governo foi a reação da direita às propostas da Constituinte, buscando enfraquecer o processo de mudança. No segundo mandato, que iniciou em 2010, o Governo já enfrentou resistência por parte de sua própria base, como as revoltas do *Gasolinazo*²¹ no final do mesmo ano, as greves de trabalhadores entre 2010 e 2012, e as

¹⁸ Segundo Do Alto e Stefanoni (2010), essa estratégia resultou numa política clientelista, uma vez que o apoio político é praticamente trocado pela possibilidade de um cargo. Tal prática seria entendida pelos porta-vozes do governo Morales como uma democratização do Estado, visto que o governo teria aberto o mesmo aos movimentos. Os autores apontam para o fato de que esta abertura é mais retórica oficial do que realidade.

¹⁹ Este foi o nome dado às demandas que emergiram durante a Guerra do Gás, conflito motivado pela decisão de exportar o gás natural via portos chilenos que resultou na queda do presidente Gonzalo Sanchez de Lozada. O conflito terminou com um saldo de mais de 70 mortos.

²⁰ Como mostra Weber (2012), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional elogiaram o governo por sua “prudente política macroeconômica” e manutenção dos compromissos contratuais. Sobre a manutenção do latifúndio e a diferenciação do campesinato, entre semiproletários e pequena-burguesia, ver Saavedra (2007) e Saavedra e Ramirez (2013).

²¹ Medida que buscava retirar o subsídio ao preço do combustível e levou a uma inflação de 100%, em alguns casos de produtos elementares, provocando amplas manifestações contra o governo.

manifestações indígenas do oriente em inícios de 2011. Estas últimas levaram ao fim do *Pacto de Unidad* e à ruptura dos movimentos CONAMAQ e CIDOB com a base do Governo. Contudo, isso não é sinal de um esvaziamento de sua base aliada, pois a CSUTCB permanece defendendo o Partido de Evo Morales e acusa os dissidentes de traição.

O momento que melhor representa a ruptura entre CSUTCB e CONAMAQ é precisamente a brutal repressão do Governo à marcha indígena em defesa do TIPNIS²². Esta marcha foi dirigida pela CIDOB e exigiu o fim da construção de uma estrada que atravessará o território indígena no oriente. Naquele momento, o movimento de ayllus (CONAMAQ) se aliou com a CIDOB e ambos passam a denunciar o governo (WEBER, 2012). A insatisfação que se apresentava entre as etnias do oriente se aprofundou e expôs conflitos também nos Andes, quando comunidades se manifestaram contra uma transnacional mineira com sede no Canadá. Neste conflito, o CONAMAQ denunciou os impactos ambientais e sociais que a mineração a céu aberto provoca no ayllu de Mallku Kotha e nos ayllus vizinhos. As demandas não encontraram eco no Governo até que os conflitos se intensificassem, levando os indígenas a sequestrarem engenheiros da empresa South American Silver (SAS)²³.

Segundo Weber (2012), a popularidade do Governo caiu pela metade, passando de 70% em janeiro de 2010 para 35% no ano seguinte. Este desgaste teria coincidido com o *Gasolinazo* e o fim do *Pacto de Unidad*, que contava com 10 organizações do campo e da cidade e ficou com apenas três depois do massacre de Chaparina durante a marcha em defesa do TIPNIS. Desde 2006, ao invés de incentivar a mobilização dos movimentos sociais que apoiaram seu partido na eleição, aproveitando o enfraquecimento da direita, Morales limitou sua participação e permitiu uma reorganização dos setores conservadores (WEBER, 2012). A mobilização de grupos conservadores do oriente boliviano, em 2007, parece ter dado aos movimentos do *Pacto de Unidad* razões para manter a aliança, que se rompeu apenas no segundo mandato do governo.

Conclusão

Se considerarmos, como afirma Tarrow (1994), que os movimentos sociais declinam quando a *estrutura de oportunidades políticas* - que favoreceu seu aparecimento - se fecha, podemos entender que o fim dos conflitos entre movimentos e Estado é um dos resultados do governo Morales. O declínio da participação, segundo o autor, pode ocorrer por conta da

²² A repressão sofrida pelos manifestantes ficou conhecida como massacre de Chaparina, no dia 25 de setembro de 2011.

²³ O CONAMAQ aproveitou o conflito para denunciar os danos ecológicos que a mineração traz, assim como o prejuízo às comunidades pela contaminação das águas na região. Contudo, o movimento de ayllus se afastou deste conflito quando os comunários declararam seu interesse em explorar as minas através de cooperativas.

repressão pelo Estado ou da realização de reformas que contemplem partes da base, sendo muitas vezes uma combinação destas duas coisas. No caso da Bolívia, pode-se entender que o Governo Morales representou, de fato, uma possibilidade de mudança para os movimentos sociais camponeses e indígenas, bem como para os trabalhadores urbanos. A realização de uma Assembleia Constituinte e a criação de programas sociais com o aumento dos impostos sobre extração do gás desmobilizaram os movimentos sociais que protagonizaram as lutas de 2000 a 2005. Somado às reformas citadas, a organização da direita no primeiro mandato de Morales ofereceu razões suficiente para a manutenção das alianças.

A hegemonia política conquistada pelo MAS no início dos anos 2000 lembra a experiência da Revolução de 1952 do MNR não apenas em termos de estabilidade, como em termos de projeto político (DO ALTO, 2011; STEFANONI, 2010). Paralelamente ao projeto “nacionalista-revolucionário” do MNR, o MAS evoca um nacionalismo-indigenista, uma espécie de projeto nacional-desenvolvimentista (GIL, 2009) que aproxima muito estes dois momentos da história boliviana. A promessa do Governo Morales era, segundo o vice-presidente e intelectual Álvaro Garcia Linera, o desenvolvimento de um “capitalismo andino-amazônico” que possibilitasse a formação de um proletariado boliviano forte e desse autonomia às comunidades (WEBER, 2012). A perspectiva de Linera é que apenas em 20 ou 30 anos seria possível implantar o socialismo no país. Esta postura é muito semelhante ao “etapismo” predominante nas leituras de esquerda dos anos 50, não apenas na Bolívia como em toda América Latina.

Ocorre que a CSUTCB parece estar sendo dirigida por interesses de uma camada rica de cocaleiros que cresceu no Governo Morales; enquanto outros setores expõem as contradições no campo, como a posição do CONAMAQ parece indicar. Não existe espaço para o desenvolvimento das comunidades indígenas que estão sendo atacadas pelos interesses de multinacionais, como é o caso de Mallku Kotha, ou dos próprios camponeses médio-proprietários, como é o caso do TIPNIS. Segundo Weber (2012), os cocaleiros da região do Chapare têm interesse em expandir suas terras no território indígena, o que seria impossível de ser feito com o latifúndio industrial de acordo com a política agrária do governo.

A estrada que atravessará o TIPNIS é parte de um projeto regional de integração sul-americano chamado Iniciativa para a Integração Regional Sul-americana (IIRSA), envolvendo interesses comerciais sediados no Brasil, principalmente. Para Saavedra (2011), além de beneficiar o agronegócio e grandes empresas brasileiras, ela favorece a expansão de uma camada rica de produtores de coca e barões da madeira. Os produtores de coca a que se faz referência estão entre os chamados “colonizadores” ou “interculturales”, setor “camponês-indígena” não pertencente ao TPNIS que avança com a produção de coca pelo parque adentro,

criando conflito entre indígenas do oriente e cocaleiros²⁴:

Los argumentos utilizados por el Gobierno para justificar la construcción de la carretera a través del TIPNIS, como el hecho de que ya habría sido “penetrado” por madereros (por lo que ya no cumpliría la función de su creación), así como declaraciones de dirigentes campesinos oficialistas [CSUTCB] en sentido que los territorios indígenas serían nada menos que nuevos latifundios, son el anuncio de que la próxima distribución de tierras de la “revolución agraria” correspondiente a la “quinta fase del proceso de cambio” será tan creativa, que se hará a costa de los territorios comunitarios de origen y los parques nacionales, precisamente para no afectar la gran propiedad capitalista o terrateniente. (SAAVEDRA, 2011, grifos meus).

Analisando a implosão do *Pacto de Unidad* se constata que as contradições entre as classes e frações de classe no campo levou a uma ruptura entre os movimentos sociais rurais nos Andes. A associação entre o camponês e o indígena na Bolívia, presente desde a reforma agrária de 1953 parece entrar em crise, uma vez que a CSUTCB, principal herdeira desta tradição, se diferencia cada vez mais das lutas de indígenas do oriente boliviano; o que ocorre paralelamente ao movimento de trabalhadores urbanos e operários. Em maio de 2013 a CSUTCB organizou bloqueio de estradas contra as greves de trabalhadores da COB. A aliança entre trabalhadores e camponeses-indígenas que marcou o nascimento deste movimento perde significado na atual conjuntura, uma vez que se observa uma oposição entre estes setores.

Ao conquistarem um governo “dos movimentos sociais”, perderam força e se desmobilizaram. Este diagnóstico está de acordo as postulações teóricas de Tarrow (1994). Se os movimentos estão no poder quem dita sua agenda é o Governo, como sugere Zuazo (2010): este parece ser o caso da CSUTCB e se expressa na consigna “De la protesta a la propuesta”²⁵. No caso do CONAMAQ, se observa um afastamento do Governo que não aponta exatamente para um projeto político. Pode-se afirmar que setores do movimento indígenas não estão em harmonia com os interesses de camponeses ricos ou do agronegócio. O CONAMAQ parece apontar para contradições que há muito não são expostas pela CSUTCB: entre setores empobrecidos do campesinato e setores que acumulam propriedade e maquinaria²⁶, contradição inferior e subordinada à contradição principal entre o proletariado e o semiproletariado (campesinato pobre) e pequena-burguesia (campesinato mediano e rico) e burguesia.

A formação do campesinato na Bolívia é determinante destes conflitos que herdaram as condições que lhes são transmitidas pelos processos anteriores. Se o MAS é um partido camponês aliado às classes médias urbanas, como defendem Do Alto e Stefanoni (2010), esta hipótese tem ainda mais validade. Ao contrário do que se esperava do partido do governo e do

²⁴ Ver <http://www.la-razon.com/nacional/Ley-TIPNIS-planteara-indigenas-colonos_0_1808819162.html>. Acesso em 22 abr. 2013.

²⁵ Retirado de entrevista feita durante trabalho de campo na iniciação científica e materiais oficiais do movimento.

²⁶ Ver Saavedra e Ramirez (2013).

processo político, em decorrência das lutas indígenas das décadas de 90 e primeira metade dos anos 2000, foi se desenvolvendo um projeto político de conciliação dos interesses de classe. A aparente vinculação entre a identidade camponesa e indígena, presente na CSUTCB, que remete às suas origens, aponta hoje mais do que tudo para uma retórica que é ofuscada pelas lutas indígenas e de trabalhadores que o governo sufoca.

Por outro lado, se de fato o CONAMAQ representa um setor empobrecido do campesinato, também é verdade que este movimento o faz com uma retórica culturalista que pouco condiz com a realidade de sua base social. A identidade indígena, representada por qualquer movimento que seja, já não pode ser isolada e mantida em sua pureza original. Isto foi compreendido bem pelo MAS quando canalizou as demandas étnicas para um projeto de desenvolvimento nacional. Resta saber se os trabalhadores e camponeses indígenas serão capazes de produzir uma nova oportunidade, nos próximos anos, de articular as demandas indígenas e os interesses da classes trabalhadora e do campesinato empobrecido, escapando à armadilha do culturalismo e às ilusões da democracia burguesa.

Referências

AGUILAR, Rachel Gutiérrez. *Los ritmos del Pachakuti*. La Paz: Textos Rebeldes e Ediciones Yachaywasi, 2008.

ALBÓ, Xavier. *Movimientos y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Perú*. La Paz: CIPCA, 2009.

DO ALTO, Hervé. Cuando el nacionalismo se pone el poncho. In: SVAMPA, M.; STEFANINI, P. (Orgs.). *Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Buenos Aires: El Colectivo, CLACSO, 2007, p. 21-53.

_____. Un partido campesino en el poder. *Revista Nueva Sociedad*, n. 234, p. 95-111, julio-agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.pensamientocritico.org/herdoa0112.pdf>>. Acesso em 13 mai. 2013.

DO ALTO, Hervé; STEFANONI, Pablo. El MAS: las ambivalencias de la democracia corporativa. *Segundo colóquio PNUD*. La Paz, 2010. Disponível em: <<http://www.mainumby.org.bo/wp-content/uploads/2010/11/DoAltoStefanoni2010-MAS-PartidoHeterogeneo.pdf>>. Acesso em 13 mai. 2013.

GIL, Aldo Duran. “Análise marxista do processo boliviano pós-2005”. *VI Colóquio Marx e Engels*, Unicamp, 2009; P. 1-8. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/analise-marxista-do-processo-politico-boliviano-pos-2005.pdf>. Acesso em 13 mai. 2013.

IAMAMOTO, Sue A. S. “Revoltas do início do século XXI na Bolívia”. *IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina*, GEPAL. Londrina, 2010. Disponível em <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt1/8_sueiamamoto.pdf>. Acesso em 13 mai. 2013.

IASI, Mauro. “Democracia de cooptação e apassivamento da classe trabalhadora”. Publicado no site desde 2013. Disponível em: <<http://www.diariodaclasse.com.br/forum/topics/democracia-de-coopta-o-e-o-apassivamento->

[da-classe-trabalhadora](#)>. Acesso em 19 jan. 2014.

MARX, Karl. *Dilemas do Socialismo. A controversia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rubem César Fernandes (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas* (Introdução e organização de Erick Hobsbawm). Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

PERICÁS, Luiz Bernardo. “Processo e desenvolvimento da revolução boliviana”. *Revista Lutas Sociais*, n. 3, p. 109-122, Editora UNESP, 1997.

SAAVEDRA, Enrique O. Nota de Prensa. *Marcha Indígena por el TIPNIS: ¿tension creativa o contradicción de clase?* CEDLA, La Paz, 6 sep. 2011. p. 1-2

_____. *¿Revolución agraria o consolidación de la vía tierrateniente?: el gobierno del MAS y las políticas de tierras*. La Paz: CEDLA, 2007.

SAAVREDRA, Enrique O. e RAMIREZ, Nilton F. *Propriedad colectiva de la tierra y producción agrícola capitalista: el caso de la quinua en el altilano sur de Bolivia*. La Paz: CEDLA, 2013.

STEFANONI, Pablo. Bolivia después de las elecciones: ¿adonde va el *evismo*? *Revista Nueva Sociedad*. n. 225, ene.-feb. 2010, p. 4-17. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3669_1.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2013.

TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge and New York: Cambridge University Press: 1994.

WEBER, Jeffery. *Revolution against 'progress': the TIPNIS struggle and class contradictions in Bolivia*, 2012. Disponível em: <: <<http://www.isj.org.uk/?id=780>>. Acesso em: 16 de ago. 2012.

ZUAZO, Moira. “Los movimientos sociales em el poder?”. *Revista Nueva Sociedad*, n. 227 (mayo-junio), 2010. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3700_1.pdf>. Acesso em 13 mai. 2013.